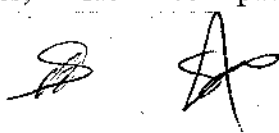




Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - CGSGIB.

1 Aos vinte e dois dias de outubro de dois mil e nove, às quatorze horas e trinta minutos,
2 na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, segundo andar, sala duzentos e cinquenta e
3 sete do Ministério da Integração Nacional, em Brasília - Distrito Federal, o Conselho
4 Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as
5 Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu com a presença dos
6 Conselheiros: José Luiz de Souza (MI/SIH), Julio Thadeu Silva Kettelhut (MMA/
7 SRHU), Guilherme Silva de Godoi (MME/SEE), Pedro Antônio Bertone de Ataíde
8 (Casa Civil) César Augusto Pinheiro (Estado do Ceará / Cogeh), Celso de Macedo
9 Veiga (Estado do Rio Grande do Norte / SEMARH), João Bosco de Almeida (Estado
10 de Pernambuco / SRH) e com as presenças dos convidados Marcelo Asfora
11 (Pernambuco - SRH), Francisco Viana (ANA), Carlos Motta Nunes (ANA), Luna
12 Viana (Casa Civil), Irani Braga Ramos (MI/SIH), Ana Carolina de Oliveira (MI),
13 Marcelo Luz (Agência de Propaganda- MI), Maria Angélica Valério (Consultora) e
14 Fernando Antônio Rodrigues (Consultor). Constatada a existência de *quorum*
15 regimental, o Coordenador da reunião, **José Luiz de Souza**, declarou aberta a reunião
16 e propôs uma inversão de pauta que foi prontamente referendada pelos conselheiros,
17 qual seja a leitura, discussão e aprovação da ata da sétima reunião ordinária figurar ao
18 final dos trabalhos. Dando continuidade, o Coordenador iniciou os informes
19 destacando que na reunião extraordinária ficou determinado que os conselheiros
20 buscassem a melhor maneira possível para realizar o diagnóstico dos açudes. Para
21 tanto foi elaborada uma lista contendo informações preliminares de todos os
22 reservatórios. Neste ínterim, também foi solicitado em reuniões anteriores um balanço
23 periódico das obras de Integração de Bacias, sendo então distribuído a todos os
24 conselheiros uma apresentação que foi realizada recentemente pelo Secretário-
25 Executivo deste Ministério, no Senado Federal, onde consta um panorama do atual
26 estágio das obras. Em seguida foi concedida a palavra ao consultor **Fernando**
27 **Rodrigues** para apresentar o trabalho em elaboração sobre o Modelo de Gestão a ser
28 adotado pelo Projeto de Integração de Bacias. Fernando iniciou relatando o estudo das
29 experiências analisadas, como parcerias público privadas, criação de empresa de
30 economia mista, utilização de instituição já existente e entidade de direito privado sem
31 fins lucrativos que por diversos motivos apresentaram limitações para serem adotadas
32 no desenho do Projeto. Após os estudos e pelas experiências práticas analisadas,
33 chegou-se a conclusão que uma entidade com uma estrutura parecida com a do
34 Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) seria a mais indicada para operar o
35 sistema integrado de bacias, evidenciando que é necessário estruturar e modelar esta
36 instituição já que não deverá visar lucro, precisará ter estreita relação com o Operador
37 Estadual e ser ligada institucionalmente ao Ministério da Integração Nacional (MI)
38 para uma melhor articulação do todo o processo. Um núcleo dentro do MI passará a
39 acompanhar as atividades do Conselho para orientações com relação à divulgação e
40 articulação de todas as etapas de implantação deste Modelo. **Fernando Rodrigues**
41 mostrou quadros com um possível organograma para a nova Agência e finalizou
42 mostrando um cronograma das próximas fases a serem articuladas com vistas a
43 elaborar o Modelo a ser adotado. **Pedro Bertone** intervém para deixar claro que os
44 prazos estabelecidos no cronograma da apresentação precisam ser ajustados, tendo em
45 vista que este relatório apresenta um caminho a ser seguido, porém é necessário que
46 sofra diversos ajustes, inclusive com parecer da Consultoria Jurídica do MI. Bertone



47 solicita que a apresentação seja mais detalhada com relação às outras alternativas de
48 Operadoras para o Modelo, pois precisam deixar claro, na reunião para os Ministros,
49 que foram estudadas diversas outras alternativas, porém já há uma escolha que se
50 mostra mais viável, qual seja esta instituição de direito privado sem fins lucrativos.
51 Bertone destaca que esta definição é o começo de tudo, pois precisamos ter clareza em
52 diversos pontos, inclusive na maneira de como esse ente irá operar. **Guilherme Godói**
53 fez um paralelo sobre o funcionamento e estrutura do ONS e relatou que há uma
54 preocupação com relação à operacionalização e manutenção do sistema do Projeto de
55 Integração, pois falta definir, por exemplo, quem fará a fiscalização dos órgãos
56 consumidores da água. **Fernando Rodrigues** esclarece que o Modelo sugerido não é
57 uma cópia do ONS, e sim, que o mesmo somente o inspirou em sua forma de organizar
58 para gerir os seus componentes. O conselheiro **Julio Kettelhut** menciona sua
59 preocupação com relação a uma variável existente que é a aprovação da proposta pelo
60 Congresso Nacional, tendo em vista o Projeto envolver aspectos políticos e o ano
61 vindouro eleitoral. Preocupado também com o cronograma, sugere ajustes no mesmo a
62 fim de viabilizar a confecção e estabelecimento do Modelo junto à Casa Civil,
63 Ministério do Planejamento dentre outros, bem como promover a institucionalização
64 do Sistema Gestor o mais breve possível em cumprimento ao decreto 5.995/06, pois
65 esta iniciativa é que assegurará a sustentabilidade do Modelo Gestor. **Celso Veiga**
66 retoma assunto da reunião extraordinária, com relação à situação dos açudes, sendo
67 esses pulmões do sistema e que precisam de atenção dentro do Sistema de Gestão.
68 **Pedro Bertone** lembra que está claro e acordado entre todos os membros do Conselho
69 que a delegação dos açudes constitui ferramenta importante para que os quatro estados
70 receptores possam adequadamente gerir a água para posterior distribuição. Não faz
71 sentido que os açudes fiquem sob a gerência do Departamento Nacional de Obras
72 Contra as Secas em âmbito federal, o razoável seria delegar para os entes federativos
73 os seus açudes. Faz-se necessário que os Estados recebam estas estruturas com
74 adequadas condições para operacionalização. Precisamos também inserir este assunto
75 na pauta da reunião com os Ministros, quando da apresentação do Modelo Gestor aos
76 mesmos. O senhor **Marcelo Asfora** citou sua preocupação com relação a todas estas
77 definições estarem reguladas até o início da operação do sistema. A prioridade também
78 terá que ser a tarifa. Precisamos de definições com relação à forma como serão
79 firmados os contratos com os Estados. **Francisco Viana** intervém dizendo que sua
80 preocupação é quanto à busca de um caminho fácil, pois o contexto da implementação
81 do Modelo deve ser feito com a análise de leis. É interessante o Modelo proposto
82 quando firma descentralização na outorga, tendo em vista o arcabouço legal que o
83 reveste. Outra preocupação é com a participação dos Estados, que deverá ser
84 reforçada. Sendo esta a diretriz, a União, por meio do MI, precisa estreitar os laços
85 com os Estados com o objetivo de fortalecer os mesmos em todo o processo. **José Luiz**
86 afirma que não precisamos ter medo para todos estes desafios e que a União precisa
87 realmente harmonizar e fortalecer as relações com os Estados a fim de operacionalizar
88 o Projeto. **Guilherme Godói** reforça a necessidade de haver de fato representatividade
89 no Ministério para acompanhamento, pois a exemplo do ONS, há no Ministério de
90 Minas e Energia um departamento de monitoramento do sistema elétrico que está
91 envolvido com todos os agentes do setor para controle de todo o sistema. **Pedro**
92 **Bertone** sugere ajustes no cronograma, reforça que é necessário um exame dos
93 relatórios da Fundação Getúlio Vargas com relação a valores para a tarifa e finaliza
94 dizendo que é necessário a reunião com os Ministros para apresentar todo este trabalho
95 até no máximo final de novembro. Retomando ao início da reunião, **José Luiz** consulta
96 os conselheiros sobre a possibilidade de enviar as atas das duas reuniões anteriores aos



97 conselheiros com o fim de ajustá-las e aprová-las na próxima reunião, o que foi
98 aprovado por todos os membros. Depois de esclarecidas dúvidas e ouvidas sugestões
99 dos conselheiros, atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais
100 manifestações, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
101 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, será
102 assinada pelos conselheiros presentes.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Empty lined area for signatures]